



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR

REQUERIMENTO Nº , DE 2017.

(do Sr. Jerônimo Goergen)

Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) requer a realização de audiência pública de emergência nesta Comissão, convidando os Excelentíssimos Senhores Ministros, Henrique Meireles / Ministro da Fazenda e Dyogo Henrique de Oliveira / Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do representante da Receita Federal do Brasil, para debater a mudança na forma de cobrança do Funrural, dentre outros temas correlacionados ao assunto.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Sérgio Souza:

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, após ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias para convidar os Excelentíssimos Senhores Ministros, Henrique Meireles / Ministro da Fazenda e Dyogo Henrique de Oliveira / Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do representante da Receita Federal do Brasil, para debater a mudança na forma de cobrança do FUNRURAL, dentre outros temas correlacionados ao assunto.

JUSTIFICAÇÃO

Cobrança de Funrural gera críticas e promete mobilizar setor produtivo Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) solicitou audiência pública de emergência na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar constitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) caiu como uma bomba no agronegócio. Por 6 votos a 5, os ministros do STF tornaram válida a taxação do produtor rural pessoa física, em 2,1% sobre a receita bruta da comercialização da produção. Considerada ilegal em outro julgamento da Suprema Corte, ainda em 2011, a cobrança passará a ser cobrada dentro de 60 dias, inclusive o montante não recolhido pelos produtores ao longo desse período.

A reação do setor produtivo não poderia ser pior, vez que essa cobrança vai devastar o orçamento dos produtores rurais, que se apoiaram numa decisão judicial no próprio STF para não recolher essa taxa. E a retroatividade dela representa algo em torno de R\$ 7 bilhões. Certo é, que o Governo Federal precisa oferecer uma alternativa aos produtores rurais, para que isso não comprometa a renda e os investimentos que precisam ser feitos.

Assim, diante da importância e representatividade do assunto, esperamos ver o presente requerimento aprovado pelo plenário da comissão, para convidar os Excelentíssimos Senhores Ministros, Henrique Meireles / Ministro da Fazenda e Dyogo Henrique de Oliveira / Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do representante da Receita Federal do Brasil, para debater a mudança na forma de cobrança do FUNRURAL, dentre outros temas correlacionados ao assunto.

Sala das Comissões - Brasília-DF, 31 de março de 2017.

Jerônimo Goergen
Deputado (PP/RS)